


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000589-96.2016.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Monitória - Espécies de Contratos**
 Requerente: **Aline Cristina Morales - Eireli - Epp**
 Requerido: **ATTAERA SERVIÇOS RURAIS MG EIRELI ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

ALINE CRISTINA MORALES - EIRELI - EPP ajuizou Ação Monitória em face de **ATTAERA SERVIÇOS RURAIS MG EIRELI ME** aduzindo, em síntese, que é credora da requerida da quantia de R\$ 21.037,80, representada por documento escrito sem eficácia de título executivo, consistente em um contrato de locação de equipamento. Assevera que persiste a situação de inadimplência. Requer a citação do réu para pagamento do débito ou oferecimento de embargos.

Citada, a requerida apresentou embargos monitórios de fls. 45/49 sustentando, em essência, a inexistência do débito, pois a dívida cobrada não tem relação com a locação do equipamento.

Manifestou-se a parte autora quanto aos embargos oferecidos (fls. 58/62).

Foi designada audiência de instrução e julgamento e apresentadas as alegações finais.

DECIDO.

A ação monitória é o instrumento processual colocado à disposição do credor de quantia certa, com crédito comprovado por documento escrito sem eficácia de título executivo, para que possa requerer em juízo a expedição de mandado de pagamento para satisfação de seu direito.

Os documentos que instruem a presente ação monitória (fls. 39/51) não possuem eficácia de título executivo. Conquanto não possam ser considerados títulos de exação, prevalecem como documento comprobatório da obrigação do contratante ao pagamento de seu valor.

No mérito, é nítida a relação de direito material estabelecida entre as partes, até porque a embargante sequer negou a utilização de tais serviços, contratado em dezembro de 2014, o que torna o fato incontroverso (Art. 374, inciso II, CPC).

Os embargos monitórios atestam a relação estabelecida entre as partes, a existência da dívida e ausência de pagamento. Assim, o requerido não nega, propriamente, o débito, mas afirma que a dívida não tem relação com o contrato de locação trazido aos autos. Os embargos apenas contestam a quantia de R\$ 21.037,80.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O pedido inicial é fundamentado com base em prova documental idônea e caberia ao embargante opor eventual fato extintivo ou modificativo do direito do autor, o que não o fez.

Verifico que, apesar do alegado, o embargante não comprovou a origem da dívida ou a prova do pagamento, não se desincumbindo de seu ônus. Assim, ausente a comprovação segura, é de rigor a rejeição dos embargos.

Ante o exposto, rejeito os embargos monitórios e **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial. Declaro constituído o título executivo judicial no tocante à obrigação do réu de pagar o valor da dívida de R\$ 21.037,80, com correção monetária pela Tabela Prática do TJSP. Condeno a requerida a pagar as custas, despesas do processo e honorários advocatícios de 10% do valor da causa atualizado.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibate, 13 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**